



**APONTAMENTOS SOBRE URBANISMOS INSURGENTES E O DES-
PENSAR A HISTORIOGRAFIA DO ESPAÇO**

*NOTES ON INSURGENT URBANISM AND UN-THINKING THE
HISTORIOGRAPHY OF SPACE*

*NOTAS SOBRE EL URBANISMO INSURGENTE Y EL DES-
PENSAMIENTO DE LA HISTORIOGRAFÍA DEL ESPACIO*

**Indicação do artigo a um dos 4 eixos temáticos: Cidade, política e
cultura**

OLIVEIRA, Chrys de Araújo

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – PPGAU/UFBA
chrysoliveira@ufba.br

—ELIMINE AS INFORMAÇÕES ACIMA E QUEBRE ESTA PÁGINA—

RESUMO

Este artigo se propõe a compreender que o pensar ocidentalizado, baseado em experiências eurocentradas de validar as ciências e filosofias, acaba por distanciar uma visão poética sobre o espaço urbano, de modo que, nesse campo de discussão, se faz perder o imaginário poético de subjetividades diferentes que se encontram em territórios distintos. Isto é, se aposta que a construção historiográfica da arquitetura e urbanismo que, via de regra, é ensinada de forma a legitimar alguns espaços, relega à pontualidade a discussão de urbanismos insurgentes e de resistências territoriais. Nesse sentido, por meio de uma revisão teórica sobre como se constrói uma epistemologia do pensar e sobre a colonialidade do poder que hierarquiza diferentes sociedades, conjuntamente com uma análise de campo de um território insurgente – o ribeirão da Amazônia – este artigo tem como objetivo vislumbrar como as urbanidades não-hegemônicas são colocadas a margem na discussão do urbano, sobretudo por não se encaixarem no ideal do planejamento urbano formalizado. A pesquisa de campo contribuiu para demonstrar que as cidades podem ter diferentes imagens, principalmente quando se pensa uma urbanidade amazônica. Ademais, a conceituação de uma poética urbana contribui a olhar estes espaços insurgentes com mais cuidado e tensionar o debate que visa *des-pensar* o urbano que secularmente é discutido pela historiografia da arquitetura.

PALAVRAS CHAVE Amazônia ribeirinha; Urbanidade amazônica; urbanismo insurgente; urbanismo decolonial; historiografia urbana.

ABSTRACT OU RESUMEN

This article intent to understand that the westernized thinking, based on Eurocentric experiences of validating sciences and philosophies, ends up distancing a poetic view of urban space, so that, in this field of discussion, makes the poetic imagination of subjectivities that are found in different territories to be lost. That is, it is believed that the historiographical construction of architecture and urbanism, which, as a rule, is taught in order to legitimize some spaces, relegates the discussion of insurgent urbanism and territorial resistance to punctuality. In this sense, through a theoretical review on how to build an epistemology of thinking and on the coloniality of power that hierarchizes different societies, together with a field analysis of an insurgent territory - the riverside of the Amazon - this article aims to glimpse how non-hegemonic urbanities are placed on the sidelines in the urban discussion, above all because they do not fit into the ideal of formalized urban planning. The field research contributed to demonstrate that cities can have different images, especially when considering an Amazonian urbanity. Furthermore, the conceptualization of an urban poetics helps to look at these

insurgent spaces with more care and tensionate the debate that aims to *un-think* the urban that has been discussed for centuries by the historiography of architecture.

KEY-WORDS OU PALABRAS-CLAVE Amazon Riverside; Amazon Urbanity; Insurgent urbanism; Decolonial urbanism; Urban historiography.

—QUEBRE ESTA PÁGINA—

INTRODUÇÃO

Dividido em duas partes, este artigo visa tensionar como os saberes, ciências e filosofias são construídos até os dias atuais por uma compreensão de mundo baseada na centralidade europeia. Isto é, considerando Europa como centro de um conhecimento hegemônico, outros modos de vida, outras formas de pensar e, por consequência, outras territorialidades, são relegadas à margem de determinadas discussões.

Para delinear esta compreensão, entende-se então que há uma necessidade de *des-pensar* a historiografia construída até o presente momento, não negando o que foi levantando até aqui, mas sim tensionando a forma como esse conhecimento de mundo foi absorvido e validado pelas mentes colonizadas, sobretudo por meio das hierarquizações geopolíticas e históricas coloniais que destituíram territórios de suas próprias subjetividades para assimilar uma percepção de mundo eurocentrada.

Portanto, o desdobramento proposto por este artigo pretende costurar ideias sobre um saber consolidado por essas bases coloniais com suas ferramentas de manutenção cotidiana e, sobretudo, científica, e entender como isso influencia na construção de uma historiografia que afasta a discussão de espaços insurgentes no campo do urbano.

Nesse sentido, o *des-pensar* surge como forma de organizar uma descolonização do letramento tido sobre o mundo, tensionando a historiografia na forma como foi construída e consolidada. Compreende-se aqui que é salutar “desaprender” a lógica que comumente se pensa as subjetividades, vislumbrando que o *des-pensar* não é rejeitar tudo o que foi construído de saber no mundo, mas de encontrar no processo do pensar poético, linhas que narram esta outra forma de pensar. Para isso, utiliza-se de Denise Ferreira da Silva (2019) como ponto de partida, juntamente com Humberto Maturana (2001) que explicam como funciona a cognição humana no sistema-mundo moderno em que vivemos, assim como apontam o que fundamenta as ciências e suas validades.

Dito isto, percebe-se que a colonialidade faz a manutenção de uma compreensão moderna de mundo e que, por meio de ferramentas de violência epistêmica, como a categorização de raça e de identificações dos sujeitos no mundo, ignora determinados indivíduos e anula suas subjetividades, colocando o sujeito europeu como centralidade do mundo e colocando às margens sociedades que se constroem fora do campo de cognição ocidental, que tem seus modos de vida dentro de outra cosmopercepção. Ainda, como aponta Ailton Krenak (2020, p. 11) “a ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscura”. Nesse sentido, se sustenta, então, a ideia de que os lugares fora da Europa precisavam ser colonizados e adentrar o âmbito do desenvolvimento legítimo.

As compreensões da colonialidade e colonização epistêmica são trazidas neste estudo para se colocar em pauta as urbanidades insurgentes existentes, mas ignoradas dentro da historiografia urbana. Pensa-se então uma comunidade ribeirinha da região norte do país, a fim de se enxergar que há diferentes modos de vida e arquitetura que pouco são

discutidos no campo do urbano, uma vez que não se encaixam nas concepções formais de planejamento do espaço.

É por essa lógica que se encontram, também, nas perspectivas indígenas os fios que contribuem a tecer a ideia do des-pensar. Com Ailton Krenak (2020) e Davi Kopenawa (2015), vislumbra-se a possibilidade de outras comunicações no mundo em que vivemos, potencializando outras formas de observar o mundo e cria-lo, colocando em foco uma noção de vida para além das compreensões modernas desenvolvimentistas e, sobretudo, criticando as concepções do “povo da mercadoria, como aponta Kopenawa. Seguindo essa ideia, pretende-se chegar às vivências de beira de rio, onde encontro potência para *des-pensar* o mundo moderno hegemônico e compreender como os corpos ribeirinhos do extremo norte do Brasil se movimentam, ou não, em conjunto com a natureza e com a construção cotidiana de um espaço não hegemônico.

Destarte, a intenção deste estudo não se encontra na proposição de respostas aos problemas historiográficos do urbanismo, mas, sim, é pautado na necessidade de vislumbrar uma cosmopercepção de mundo que se aproxime mais de epistemologias do sul e das urbanidades não-hegemônicas brasileiras.

DES-PENSAR O URBANO E VISUALIZAR O SENSÍVEL

Para *des-pensar* a história do urbano, precisa-se, primeiramente, se ter em mente que a construção do espaço como hoje conhecemos perpassa o pensar de um planejamento pragmático que se enraizou na teoria e história do urbanismo e se consolidou nas cidades com conceitos do que seria ideal para uma estruturação urbana. Em contrapartida, essas concepções arraigadas sobre um modo “correto” de fazer cidades destituíram o urbano de seu aspecto sensível e subjetivo, uma vez que a prática do planejamento se consolidou com seus modos de fazer considerados válidos, principalmente a partir do período moderno com a Carta de Atenas¹.

Visando então ampliar o campo de discussão do urbano para uma prática sensível de fazer cidades, empresta-se de Denise Ferreira da Silva (2019) o que ela compreende como uma concepção de *poética, negra e feminista*² do discurso moderno, em uma tentativa de diluir, neste trabalho, a constante percepção de um sistema-mundo baseado em lógicas racionalistas, e até cartesianas, que diluem a validade de outros modos de pensar a existência humana e que, por consequência, se engendram também na natureza e no espaço.

Isto é, utiliza-se a autora como ponto de partida para entender a necessidade de *des-pensar* as formas pelas quais se enxerga o sistema de aprendizado sobre o mundo e

¹ A Carta de Atenas foi um manifesto produzido no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em que discutia as funções básicas para uma cidade, o que ocasionou uma generalização nos modos de produzir o espaço urbano.

² Utiliza-se nesta pesquisa apenas a concepção de poética, uma vez que o artigo não tem a intenção de se aprofundar em uma temática racial e feminista propriamente dita.

vislumbrar que as subjetividades e diferentes culturas geram distintas formas de experimentação no espaço urbano, tornando necessária uma visão sensível do espaço. Junto a isto, é essencial apreender que o apagamento de subjetividades tem sua base fundante no colonialismo e em suas imposições hierárquicas sobre os sujeitos, a natureza e os modos de vida, de modo que o urbano também se consolida sobre esta estrutura de imposições de um indivíduo sobre o outro.

É neste sentido que em seu texto *Em Estado Bruto*, Denise Ferreira da Silva busca na arte o ponto de partida em sua discussão, criticando a forma kantiana de conceber e avaliar o mundo. Ressalta-se que a autora constrói sua crítica visando a arte como campo de análise, porém o movimento pertinente se encontra na descolonização do letramento que nos faz enxergar o mundo sob lentes colonizadas. Ao investir em uma poética negra e feminista, a autora faz, também, uma reflexão sobre o corpo que se coloca no mundo frente a concepções hegemônicas (SILVA, 2019).

O que isso tem a ver com o urbano se encontra, então, no *des-pensar* dos moldes coloniais de construção das cidades. Em outras palavras, pensar diferentes subjetividades urbanas é vislumbrar o equívoco colonial e historiográfico de tentar encontrar um denominador comum para o planejamento urbano de diferentes territórios, com diferentes sensibilidades culturais, com distintas características. A homogeneização dos espaços é esta ferramenta que tensiona e faz perder de vista, portanto, as potencialidades de territórios construídos sob lógicas contra-hegemônicas; como exemplo, atualmente muito se fala sobre comunidades periféricas, quilombolas, tradicionais e ribeirinhas que existem de modo insurgente frente às noções modernizadoras do espaço (HAESBAERT, 2004).

Seguindo este pensamento, o que torna esses espaços insurgentes é, sobretudo, a capacidade de resistir e *re-existir*, como coloca Haesbaert (2004), às dinâmicas de poder e dominação que tangem a leitura que legitima espaços formais, pautados nas concepções do ideal, e o que não é adequado enquanto produção territorial, construindo espaços que são preteridos e permeados, principalmente, por uma colonialidade epistemológica existente no campo do urbanismo, constituída fundamentalmente no norte global e erigida sob uma ótica europeia de se fazer arquitetura e urbanismo. Portanto, a crítica em questão mira na construção ideológica de mundo que é constantemente pautada em uma experiência eurocêntrica, colocando às margens determinados territórios, saberes e modos de vida (LANDER, 2005).

Ao dizer isso, não se pretende ignorar as relevantes contribuições do lócus do conhecimento moderno que é a Europa, mas pretende-se aqui apontar que o olhar eurocentrado, e colonizado, gera um distanciamento na discussão sobre outros territórios e formas de viver além das formalidades urbanas disseminadas pelas experiências europeias, de cunho moderno, o que remete a um cotidiano colonial e hierárquico de formas de existir. Como aponta Aníbal Quijano (2005) é sob este prospecto da colonialidade, enquanto ferramenta de manutenção de um poder hegemônico que se criaram bases fundantes para que determinadas comunidades e povos passassem a ser vistos sob um viés de rejeição ou estigmatização. Sobretudo, a

lógica de progresso, como desenvolvimento linear, vinculada a uma construção social civilizatória, se criou bases para consolidar ideias de “atraso” de diferentes sociedades e urbanidades.

Nesse sentido, Denise Ferreira da Silva (2019) propõe a decomposição, o esquecimento, que visa à diluição da compreensão de mundo colonial que constantemente rejeita essas subjetividades e, com isso, também se mantém escravizando corpos e, sobretudo, subjuguando outras noções de mundo, principalmente de uma forma racial que se engendra para além do corpo, mas também adentra o campo do simbólico de uma vivência racializada que pode se transpor para o urbano. O *des-pensar* o mundo colonial, para além do campo da arte é, para a autora, questionar as ferramentas jurídicas de manutenção de poder e o letramento, ou forma de pensar, do sistema-mundo colonial. A autora aponta, então, a descolonização desse imaginário dizendo que:

Em outras palavras, a matéria torna-se disponível a interpretações poéticas, ao tipo de re/de/composição que não mobiliza os pilares onto-epistemológicos do pensamento moderno, a saber, a separabilidade, a determinabilidade e a sequencialidade (SILVA, 2019, p. 47).

Com essa ideia em vista, a autora critica o ideal de humanidade em Kant, que situou a racialidade, uma ferramenta colonial, fora do campo do ideal e, por isso mesmo, Silva (2019) aposta na poética negra e feminista, visando sair de lógicas universalizadas, utilizando-se da potência do “desfazer” a história como ferramenta para transpassar as noções coloniais de mundo. É uma mudança do ponto de vista e quebra de paradigma. Nesse sentido, Humberto Maturana (2001) contribui na crítica que se pode fazer à historiografia, tanto do mundo quanto do urbano, ao se entender que as formas de pensar, para além dos imaginários colonizados, são balizadas e validadas por uma série de fatores, sobretudo com as teorias científicas e filosóficas que apontam o que é uma verdade e o que não é, ou o que pode ser lido como verdade.

Essa validação científica constante pode ser vista como contraponto aos saberes e vivências ditas tradicionais – que, de alguma forma, não são balizadas pelas compreensões ocidentais de mundo, como as cosmopercepções indígenas, por exemplo –, uma vez que esses saberes não tem o “rigor teórico” considerado necessário para serem válidos. No mais, esta validade segue uma construção epistemológica ocidental, sobretudo, margeada pela Europa (MATURANA, 2001).

Como aponta o autor, as explicações para as questões do mundo, muito longe de uma visão poética, como coloca Denise Ferreira da Silva (2019), são formuladas a partir da experiência de alguém e seus critérios de aceitabilidades que diluem o sentido de corpo desse interlocutor. Dessa maneira, concepções diferentes não são aceitas, visto que os critérios de aceitabilidade de uma experiência/visão de mundo constantemente se encontram na compreensão ocidental e eurocentrada, sobretudo colonial, e o que está fora disso não é válido (MATURANA, 2001).

Destarte, essa noção parte também da questão da diferenciação do outro. Isto é, a Europa, como colonizadora, incorporou em seu discurso a criação de um sujeito ideal, categorizando os diferentes indivíduos no mundo, de modo a colocar a si mesma em posição central ou mais elevada que povos que, sobretudo, foram colonizados, violentados e dizimados (QUIJANO, 2005). Ao mesmo tempo em que Europa se coloca como corpo válido frente ao mundo, corpos outros, ou considerados diferentes, passaram a ser categorizados, generificados e racializados, visando sua subalternização ou, como outra opção, o descarte. Assim, nesse processo de validação de corpos, a ciência também contribuiu para o apagamento dessas outras percepções de mundo.

Assim, quando Maturana (2001, p. 165) aponta que "o objetivo constitutivo de uma teoria científica é explicar, e não resguardar ou proteger, qualquer princípio ou valor, ou obter qualquer resultado desejado", ele demonstra que a parcialidade é uma falha da ciência.

Considerando, então, que a imparcialidade homogeneiza e padroniza as compreensões de mundo e determinados modos de vida, quando se pensa em cidades, nota-se que no campo do urbanismo e da história urbana se tem uma ideia consolidada sobre os modos de planejamento e construção das cidades, assim como uma imagem ideal ou esperada para este espaço materializado. A problemática em questão é que a imagem consolidada não perpassa o imaginário de urbanidades que não são hegemônicas e é neste ponto que, para dar corpo à ideia trazida até aqui, utiliza-se do espaço ribeirinho (figura 1) como local de uma urbanidade insurgente, um lugar em que a historiografia urbana não se debruça e que torna salutar o des-pensar sobre o que foi erigido até o momento pelas disciplinas da arquitetura.

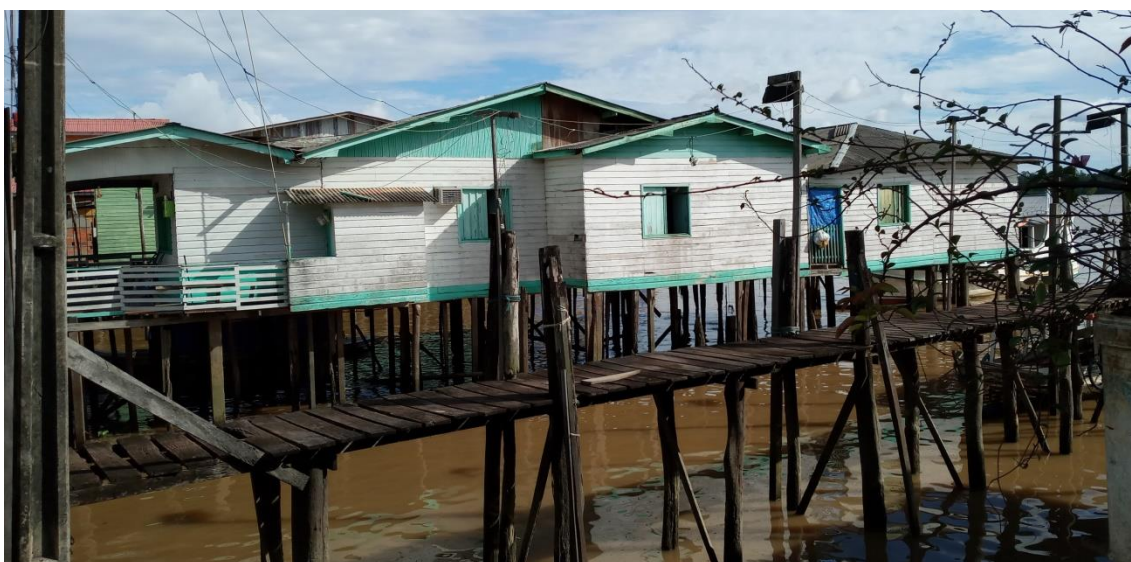


Figura 1: Palafitas sobre o Rio Amazonas no Bairro do Elesbão, município de Santana, no Amapá. Fonte: acervo pessoal, 2021.

O *des-pensar* se torna pertinente a partir do momento que se pretende enxergar o mundo por outros olhos, por outros corpos que não pertencem ao hegemônico. Traz-se

a urbanidade ribeirinha como esse lugar que comporta subjetividades outras que não são dos corpos hegemônicos brancos, que vivenciam a urbanidade trazida e perpetuada pela modernidade, e coloca-se aqui a morada da beira do rio (figura 1) ponto central visto que as percepções indígenas, ribeirinhas ou amazônicas, de modo geral, tendem a ser apagadas na discussão do urbano, sobretudo por sua materialidade ser de uma tecnologia construtiva, geralmente vernácula e palafítica, que a discussão da arquitetura moderna, formal, desenvolvimentista, não comporta.

Velada ou não, essa forma de ignorar as urbanidades ribeirinhas tudo tem a ver com a forma com que Maturana (2001, p. 167) discute o fazer científico que é, fundamentalmente, pautado em uma construção de saberes é baseada em teorias ocidentais. Logo, tendo isso como perspectiva, o autor compreende que essas "teorias filosóficas não abrem um espaço para a reflexão sobre as noções básicas ou princípios, mas abrem espaço para reflexões sobre procedimentos e métodos". Isto é, pensar apenas os procedimentos e métodos não necessariamente abre espaço para outras compreensões de mundo, com cosmopercepções poéticas, tradicionais ou ancestrais, que englobem outros saberes e, inclusive, outras tecnologias construtivas, se pensarmos o campo do urbanismo. Ademais, o autor aponta que:

O que é uma fonte de problemas nas relações humanas é nosso uso de teorias filosóficas ou científicas para justificar nossa tentativa de forçar os outros a fazerem o que eles não querem fazer, sob a alegação de que nossas teorias provam que estamos corretos ou que conhecemos a verdade, enquanto eles estão errados ou são ignorantes (MATURANA, 2001, p. 169).

Isso se costura ao que Silva (2019) coloca sobre a teoria ocidental se desenvolver de forma linear, sequencial e determinista, sem muito espaço para outras concepções, o que corrobora para a construção de uma perspectiva de única de mundo.

Assim, quando Silva (2019) observa a mentalidade kantiana, baseada em uma construção "ideal" de humanidade que criou, também, um senso coletivo estético, ela aponta a racialidade como um fator chave, pois daí se tem a construção de "tipos específicos de seres humanos – sujeitos de culturas "tradicionais" ou "primitivas" – mas, (2) também, como sujeitos afetáveis, aqueles cujas mentes não têm acesso à Razão" (SILVA, 2019, p. 51). Esta ideia corrobora com o que aponta Maturana (2001) sobre a validação de conhecimentos ou, pelo contrário, o que não é validado, visto que o "primitivo" não seria capaz de criar ciência.

É pertinente ressaltar que não apenas a racialidade/racialização dos sujeitos foi construída para hierarquizar os indivíduos e povos no momento de colonização, com dicotomias como *branco x negro* ou *colonizador x colonizado*; para além, houve uma re-identificação histórica que resultou em novas identidades geoculturais. Como resultado, tem-se a assimilação da cultura europeia como crucial para o apagamento de culturas outras e suas subjetividades, como aponta Aníbal Quijano (2005), sendo útil às perspectivas colonizadoras no campo cultural, material, tecnológico, religioso e, pode-se dizer, que também o urbano.

Nesse sentido, é por meio da colonialidade que se mantém a gestão dos modelos civilizatórios que, comumente, são pautados na experiência ocidental de viver e constituir sociedade; principalmente quando se considera a experiência europeia e do norte global. Em justaponto, entende-se, também, a ideia de “desenvolvimento” humano como um progresso homogêneo, contínuo e único, pontuado ainda por essas centralidades hegemônicas coloniais. Isto é, colocam-se pressupostos sociais como se todas as sociedades devessem seguir determinado modelo de vida, ocidental, visto a forma que se criou historicamente a ideia de que seria o melhor e único modelo a ser seguido: o da modernidade (LANDER, 2005).

A criação dessa ordem social eurocentrada propõe, seja simbolicamente ou em uma forma materializada, o sentido de um modelo civilizatório único e globalizado, diluindo outras possibilidades de existência e modos de vida, como aponta Edgard Lander (2005). Essa ideia, dito de forma clara, surge por organizações de poderes hegemônicos que disseminam e legitimam, para além das formas discursivas, formas de poder dentro do sistema-mundo. Assim, ao legitimar, por meio da força, características que tornam “melhor” o modelo eurocentrado de vida, outras formas de vida passam a ser desconsideradas e percebidas como “atrasadas” ou menos desenvolvidas, necessitando, assim, de “mudanças modernizadoras”.

Aqui se traz, então, um exemplo da região norte do Brasil, localizado no município de Santana, no Amapá, que constantemente é ignorado na discussão do campo urbano, visto que não adentra o ideal de um espaço urbano moderno. O bairro do Elesbão, tanto quanto os outros bairros do município, é regido pelo plano diretor que determina os modos de lidar com as diferentes áreas da cidade. Entretanto, em seu sentido imagético, o bairro não adentra as noções de urbanismo formal de planejamento, visto sua consolidação palafítica, com tecnologia construtiva das residências em madeira, sendo casas suspensas sobre as águas do Rio Amazonas. Nesse sentido, o bairro acaba por ser considerado periférico e é marginalizado no sentido de afastamento com os outros bairros, visto o preconceito com sua tipologia e modo de vida local, sendo um local constantemente deslegitimado até mesmo pelo poder público, que pouco dá assistência ao lugar.



Figura 2: Vista aérea do Bairro do Elesbão. Urbanidade fora dos âmbitos modernos (?). Fonte: acervo pessoal, 2022.

A intenção de vislumbrar um bairro ribeirinho se encontra no princípio de que constantemente esse espaço é ignorado por não adentrar as lógicas formais de concepção do espaço. Entretanto, entende-se que esse espaço existe por décadas, em diferentes locais dentro e fora da Amazônia, mas pouco se é discutido pela historiografia da arquitetura e do urbano. É nesse sentido que se costura a compreensão das urbanidades válidas e as que não são, por meio de concepções epistemológicas que não agregam a vivência de lugares não-hegemônicos, sobretudo porque outras formas de vida que não são consideradas modernas ou desenvolvidas, sob esta lógica colonial da construção dos saberes e ciências, se constituem desde o período iluminista da história, demarcado por uma divisão entre corpo e mente em que não mais se tem “abstrações” do ser; os sujeitos no mundo agora devem ser objetivos e des-subjetivados, ou seja, universal e, portanto, moderno (LANDER, 2005) e é desta forma que comunidades ribeirinhas são relegadas à margem das discussões urbanas.

Portanto, é nesse ponto que Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) contribuem no *despensar* a historiografia e apontam uma cosmopercepção sobre um mundo em que não há essa separação de corpo e mente, mas um mundo em que a coexistência é a força motriz, sobretudo compreendendo que o mundo não é feito apenas pelos humanos, mas cada unidade da natureza se comunica.

Kopenawa e Albert apontam que, dentro da sociedade colonizada em que vivemos, o mundo gira em torno de um desenvolvimentismo e, sobretudo, em torno da mercadoria. Ademais, os autores dissertam sobre a compreensão exploratória do mundo branco colonizado, em que a extração de matéria-prima é a base do movimento e compreensão de mundo, e isto faz com que essa sociedade branca não enxergue a forma como diferentes sujeitos existem no mundo. O interlocutor indígena debate que a sociedade branca enxerga o mundo apenas de forma linear, constante e violenta, de modo que o colonizador pensa apenas no domínio do que está ao seu redor. Sobretudo, “Os brancos não pensam muito adiante no futuro. Sempre estão preocupados demais com as coisas do momento” (KOPENAWAY; ALBERT, 2015, p. 64).

É nesse sentido que, com tudo que foi dito até então, se compreende que a natureza, seguindo concepções do que é ideal no sistema-mundo hegemônico, é moldada, e domesticada, para fazer sentido aos seres humanos, de modo a rejeitar o que aparenta ser “selvagem” ou “fora do controle”, o que pode ser transposto para as urbanidades ribeirinhas e seus modos de vida fora do âmbito moderno. Pensa-se também que há uma ideia de cidade e de paisagem que é construída de forma a ser aceita e que acaba por não agregar um espaço ribeirinho como um urbano legítimo, uma vez que a compreensão de cidade urbana traz concepções de um espaço moderno.

Isto é, na cultura ocidental, mediada pelas imagens e pela concepção kantiana do ideal, criticada por Silva (2019), cria “cenários” de natureza, um enquadramento do natural e

uma modulação da natureza de forma a construir a paisagem ideal, um ambiente físico moldado (CAUQUELIN, 2000). Assim, como discorre Anne Cauquelin:

Parece, então, que a proposição segundo a qual a noção de paisagem e sua realidade percebida são justamente uma invenção, um objeto cultural patenteado, cuja função própria é reassegurar permanentemente os quadros da percepção do tempo e do espaço, é, na atualidade, fortemente evocada e preside a todas as tentativas de "repensar" o planeta como eco-sócio-sistema (CAUQUELIN, 2000, p. 12).

Pensando estes cenários de cidades modernas, vislumbra-se que, dentro da cultura ocidental, a percepção visual é elemento essencial para construção da ideia de paisagem, principalmente por meio das noções pictóricas vinculadas às pinturas, fotos e imagens (CAUQUELIN, 2000). É dessa forma que, ao longo deste estudo, ao se pontuar imagens de uma Amazônia ribeirinha, pretende-se diluir as compreensões de urbano. Isto é, é imprescindível perceber que a imagem do urbano, construída pela historiografia, vai muito além dos prédios modernos, as revoluções industriais ocorridos para que determinados materiais fossem utilizados hoje na arquitetura, e sobretudo, a imagem de uma Amazônia urbana é trazida, aqui, para lembrar seu constante esquecimento dentro da construção epistêmica da arquitetura e da potência de se pensar estes espaços.

URBANIDADES DA BEIRA DO RIO

Por meio do que foi costurado até aqui, é indiscutível a necessidade de pensar e *despensar* os corpos e territorialidades que são atingidos por este movimento colonial e de dominação sobre as diferentes formas de pensar e viver o mundo, sobretudo como estes afetamentos transpõem o espaço urbano.

Parte-se da ideia para vislumbrar outra cosmopercepção sobre o mundo em que vivemos e sobre uma ancestralidade, tanto de modo de vida quanto em relação às tecnologias construtivas que compõem a vivência urbana ribeirinha, que tendem a ser constantemente apagadas e colocadas fora das discussões sobre o planejamento das cidades. Entende-se que essas diferentes sociabilidades e culturas contribuem na construção do espaço materializado que é a cidade, portanto é nesse ponto que se encontra desconstruir a compreensão epistemológica das cidades construídas dentro desse sistema-mundo colonial-moderno vigente.

Para entender essa urbanidade que nasce da beira do Rio Amazonas, é necessário ter em mente que a construção do espaço urbano como conhecemos, dentro das formalidades construtivas de planejamento, apreende uma domesticação e domínio da paisagem. Em especial a partir do período moderno, no século XX, as revoluções tecnológicas e construtivas perpassaram a vontade humana de ter controle sobre o espaço e tempo. Isto é, na materialidade, isso se traduz nas longas vias de transporte, os arranha-céus e suas pretensões de densidade verticalizada, a higienização – também

necessária – das cidades, mas que tinham como intenção de acabar com os chamados cortiços e aglomerados considerados sujos (BENEVOLO, 2001).

[...] a atenção dos reformistas limita-se a alguns setores e sua ação volta-se para a eliminação de alguns determinados males: a insuficiência de esgotos, de água potável, a difusão das epidemias. Se, ao se intervir sobre um problema, outros problemas vêm à tona, isso ocorre, por assim dizer, involuntariamente. A construção dos esgotos e dos aquedutos exige um mínimo de regularidade, planimétrica e altimétrica, nas novas construções; a manutenção das instalações urbanas comporta um novo arranjo dos órgãos técnicos da comunidade e a faculdade de obrigar os proprietários a determinadas prestações. A execução de algumas obras públicas, como estradas, ruas e ferrovias, exige novos processos de expropriação do solo, e uma série de novos instrumentos técnicos, entre os quais uma cartografia precisa (BENEVOLO, 2001, p. 91).

Nesse sentido, é compreensível a necessidade de modificações do espaço urbano moderno, sobretudo para que fosse possível a melhoria da qualidade de vida das pessoas que era, comumente, precária, como coloca Benevolo (2001). Entretanto, aponta-se que estas melhorias foram direcionadas apenas à alguns espaços nas cidades, não dando conta de dialogar com a precariedade encontrada para além dos centros urbanos.

Isto é, quando se visa entender uma Amazônia urbana, nota-se que o espaço ribeirinho não se agrega à discussão, tanto no sentido de pensar as melhorias das condições de vida das pessoas que existem nestes espaços quanto também não se pensa no potencial dessas territorialidades, com as subjetividades que as compõem.

Dessa forma, entende-se que, contraditoriamente, o corpo e território que nascem da beira do rio entram no campo de uma urbanidade e sociabilidade contra-hegemônica, de modo que é uma resistência que os faz se manter em determinados locais, visto a forma como são espaços desassistidos pelos planejadores urbanos.

Como dito anteriormente, o bairro do Elesbão, território localizado às margens do Rio Amazonas, se encontra no município de Santana, no Amapá, extremo norte do Brasil e, como paisagem, o bairro caminha entre o vernáculo e as pequenas inserções do dito “moderno”. As casas palafíticas suspensas sobre os rios são, majoritariamente, de madeira, retirada de madeireiras não tão distantes da localidade. A mesma madeira que chega ali é utilizada, também, para a construção de barcos de diversos portes que são utilizados como meio de transporte onde a água é o chão mais comum. As pontes que fazem caminhos no local também são em madeira, ainda que as pontes de concreto estejam chegando, com muita dificuldade, no lugar.



Figura 3: Moradias em palafita no Bairro do Elesbão. Fonte: acervo pessoal, 2021.

O céu, quando não chove, é azul e permeado pelo verde da floresta que faz parte do lugar. Que contribui para diminuir o calor em excesso, já que a temperatura comum é 36 graus, cotidianamente. Esse calor todo intensifica as chuvas locais, que comunicam recados a quem sabe ouvir, uma vez que a água tangencia o cotidiano dos moradores do Elesbão em diversos aspectos. Pelo rio, alguns moradores atravessam o Amazonas para algumas das ilhas na margem do outro lado para garantir o alimento do dia a dia, seja o camarão ou o açaí; alimentos indispensáveis na dieta local.

A mesma água que transporta o morador em busca de seu alimento, também seca. Assim, quando a maré do rio está baixa, os barcos nos estaleiros existentes no bairro continuam sendo construídos, porém só são retirados e levados novamente à água quando a maré enche. Em pesquisa de campo, Sr. Guinho, um senhor nos seus sessenta e tantos anos, construtor de barcos durante toda vida se tornou um interlocutor pertinente para explicar o funcionamento de seu estaleiro e é acionado aqui para explicar o que Silva (2019) aponta como poética.

Em meio ao diálogo da pesquisa de campo, Sr. Guinho registrou que a conexão com a natureza é o limiar para a compreensão cotidiana local de quem trabalha com a fabricação de barcos. Disse, então, que sempre olha para o céu e que, se durante a noite a lua aparecer, principalmente quando é lua cheia, é porque no dia seguinte a maré vai encher e ele vai conseguir levar o barco construído para a beira do rio. É nesse sentido que compreender as subjetividades e sociabilidades que se materializam no urbano se torna salutar. O *des-pensar* o urbano como conhecemos, perpassa a poética decolonial que Denise Ferreira da Silva (2019) intenta construir.

É possível, também, retornar a Ailton Krenak (2020, p. 49) quando o autor fala que:

Quando nós falamos que o nosso rio é sagrado, as pessoas dizem: “Isso é algum folclore deles”; quando dizemos que a montanha está mostrando que vai chover e que esse dia vai ser um dia próspero, um dia bom, eles dizem: “Não, uma montanha não fala nada”.

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista.

É nesse sentido que se encontra potência na cosmopercepção indígena e que também pode ser enxergada nas vivências ribeirinhas. É esse ponto de encontro, entre Sr. Guinho e Krenak (2020) que se vislumbra o *des-pensar* do mundo que conhecemos e que talvez se possa, nesse ponto de inflexão, se encontrar respostas que desafiem o as questões que o sistema-mundo hegemônico coloca no cotidiano. Ademais, é na paisagem ribeirinha que também é possível encontrar uma coexistência mais próxima entre o ser humano e a natureza, de modo que, como coloca Kopenawa e Albert (2015), estes povos são protetores das florestas.

Entende-se, também, que ainda existem falhas. Por exemplo, ao mesmo tempo em que a água no bairro do Elesbão é fonte de alimento, também se tem os dejetos que são jogados nela para serem levados com a maré. Ou até mesmo como as sociabilidades do local entram em conflito quando uma parte dos moradores não permitem que encanamentos cheguem a uma parte do território, mostrando um enfrentamento que também ocorre com as forças externas que chegam ao local.

Nesse sentido, por fim, *des-pensar* o mundo que vivemos não é romantizar diferentes cosmologias, mas refletir sobre potencialidades que já estão neste mundo e, sobretudo, que vem se comunicando de diferentes formas ao longo dos tempos, mas que acabam por ficar nebulosas em vista das concepções hegemônicas de existir e a historiografia que pouco se atentou, até o momento, a estes modos de vida e seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como pretensão principal deslocar o entendimento epistemológico do mundo de uma compreensão eurocentrada e compreender de onde estes pressupostos partem, a fim de *des-pensar* os modos de enxergar determinadas territorialidades, uma vez que existem diferentes formas de existir dentro do sistema-mundo hegemônico em que vivemos. Entende-se que o *des-pensar* é uma potência para visualizar um mundo em devir.

Não se nega, dessa forma, o que a historiografia construiu até o presente momento em relação à arquitetura e ao urbano, entretanto, buscou-se uma crítica a forma como o sistema-mundo mantém-se colonizado e reproduzindo uma forma ocidental de pensar que não contempla outros mundos, corpos outros e cosmopercepções que não esbarram no sentido de mundo eurocentrado.

Encontra-se nos territórios ribeirinhos uma forma de pensar a potência de transformação dos territórios, de modo a pensa-los não sob uma ótica desenvolvimentista e capitalista, sobretudo da mercadoria – como indica Kopenawa e Albert (2015), mas de vislumbrar por meio de uma poética, como apontado por Silva (2019), que as diferentes subjetividades existentes no mundo conseguem materializar diferentes territórios, por isto é de irrevogável necessidade de as disciplinas da

arquitetura e urbanismo passem a discutir sobre estas urbanidades insurgentes, que resistem de seu modo ao sistema-mundo desenvolvimentista.

A resistência em questão não provém da ideia de não deixar “o desenvolvimento” chegar a estes locais, mas sim no sentido de que estas comunidades, como as ribeirinhas palafíticas, se encontram na Amazônia de modo secular, porém não são discutidas como uma arquitetura legítima ou como uma urbanidade que tem potencial. Desta forma, o artigo em questão pensa nessa lacuna da historiografia que constantemente dá destaque a uma história europeia, provinda da colonização e que mantém suas raízes por meio de epistemologias violentas que apagam da discussão os territórios não-hegemônicos, deixando pouco espaço para pensar urbanidades divergentes, sobretudo os que nascem dentro da América Latina e no Sul global de modo geral.

Des-pensar a historiografia do urbano e se atentar ao poético e subjetivo do espaço é, finalmente, dar atenção às dobras que ficam escondidas nos debates. No mais, é salutar pensar estas outras territorialidades para que se possa, talvez, impedir que o mundo atinja o fim de sua queda.

REFERÊNCIAS

- BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª edição, 2001.
- CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. De categoria de análise a categoria da prática: a multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana. In: Fridman, Fania; Gennari, Luciana Alem; Lencioni, Sandra (Orgs.). Políticas públicas e territórios: onze estudos latino-americanos. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 21-53. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- MATURANA, H. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências 31 sociais. Perspectivas latino americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- SILVA, Denise Ferreira da.; OTOCH, Janaina Nagata. Em estado bruto. ARS (São Paulo). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), vol.17, n.36, p. 45-56, 2019.